

COMISSÃO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2012

(do Sr. Antonio Imbassahy)

Requer que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença da Senhora Miriam Belchior - Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos Senhores Marco Antonio Raupp – Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Guido Mantega – Ministro da Fazenda, Reginaldo dos Santos - Diretor Geral da Alcântara Cyclone Space, e José Raimundo Braga Coelho Presidente da Agência Espacial Brasileira para discussão acerca do funcionamento da Binacional Alcântara Cyclone Space.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a participação da Senhora Miriam Belchior - Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos Senhores Marco Antonio Raupp – Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Guido Mantega – Ministro da Fazenda, Reginaldo dos Santos - Diretor Geral da Alcântara Cyclone Space, e José Raimundo Braga Coelho Presidente da Agência Espacial Brasileira para discussão acerca do funcionamento da Binacional Alcântara Cyclone Space.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2007, o Brasil e a Ucrânia criaram a ACS (Alcântara Cyclone Space), binacional que tem como objetivo utilizar a base de Alcântara para realizar lançamento de satélites, valendo-se do foguete Cyclone IV.

A parceria é uma grande oportunidade para os dois países. Enquanto nós temos um centro de lançamento com excelente localização, os ucranianos possuem tecnologia avançada na área espacial.

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação decidiu, no ano passado dar seqüência ao projeto após visitas realizadas à Ucrânia pelo então ministro Aloizio Mercadante e pelo então presidente da Agência Espacial, Marco Antonio Raupp. Essa comissão, tendo em vista o caráter estratégico do projeto, propôs a realização de uma visita de comitiva da Câmara dos Deputados à Ucrânia. A partir dos elementos coletados e do relato feito pelos deputados que participaram daquela visita, a Comissão de Ciência, Tecnologia Comunicação e Informática, decidiu acompanhar o desenvolvimento do projeto com o objetivo de colaborar para seu sucesso.

Preocupa-nos o fato de que, recentemente, o Jornal Folha de São Paulo noticiou que tem havido dificuldades para o desenvolvimento das atividades da ACS. Afirmo o jornal que:

"12/06/2012 - 11h03

Projeto para lançar satélite de base no Maranhão está travado

CLAUDIO ANGELO

DE BRASÍLIA

A empresa binacional criada em 2007 por Brasil e Ucrânia para lançar satélites comerciais da base de Alcântara (MA) está caindo sem nunca ter decolado.

Desde dezembro, a ACS (Alcântara Cyclone Space) não paga as empreiteiras que executam as obras do sítio de lançamento do foguete ucraniano Cyclone-4.

A empresa tem R\$ 40 milhões em caixa e uma dívida de R\$ 50 milhões com os construtores.

Seu plano de negócios, que nem chegou a ser aprovado pelo conselho de administração, prevê que ela ficará deficitária por 20 anos.

E, mesmo assim, só vinga se conseguir fechar um acordo polêmico de proteção tecnológica que lhe dê acesso ao maior mercado de satélites privados, o dos EUA.

"Pode ser que, por questão de recursos, o projeto tenha de dar uma parada para se rearrumar", diz o diretor brasileiro da ACS, brigadeiro Reginaldo dos Santos.

Segundo o diretor ucraniano, Oleksandr Serdyuk, o consórcio formado por Camargo Corrêa e Odebrecht já cortou pela metade o número de operários nas obras em Alcântara. E disse que vai parar a construção se os pagamentos de R\$ 30 milhões por mês não forem retomados.

"Não vamos conseguir fazer o primeiro lançamento em 2013, como solicitado pelos governos", declarou Serdyuk.

Para que os planos de lançamento sejam mantidos, a ACS está pedindo mais R\$ 802 milhões, metade vindo do governo brasileiro. Isso além de R\$ 135 milhões que o Brasil já havia se comprometido

a depositar neste ano e que foram cortados no ajuste fiscal feito pelo governo.

À presidente Dilma Rousseff, portanto, caberá decidir até setembro -mês em que a ACS não terá dinheiro para mais nenhum contrato-- se joga fora os US\$ 197 milhões que o país já investiu na empresa ou se injeta mais R\$ 536 milhões no projeto.

Serdyuk e Santos ressaltam o caráter estratégico do projeto. "O Brasil, em três anos e por US\$ 500 milhões, está recebendo um centro de lançamento e acesso ao espaço", afirma Serdyuk. "Acho que não custa o preço de um estádio de futebol no Brasil."

"Não é um negócio em que se coloque a parte financeira em evidência", diz Santos.

A perspectiva de ganhar dinheiro com lançamentos privados, porém, foi o mote usado pelo então ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral (PSB-CE) para convencer o presidente Lula a bancar o projeto da ACS.

Em 2007, quando a empresa foi fundada, a previsão de capital era de US\$ 105 milhões, e o primeiro lançamento estava previsto para 2010.

Especialistas já então alertavam que os custos eram irreais e o mercado, incerto.

Amaral falava em seis ou sete lançamentos por ano, mas ninguém de fora da empresa jamais havia visto o plano de negócios da ACS.

Santos disse que a revisão do plano, que está sendo preparada, fala em cinco lançamentos por ano, no máximo.

"O plano ficou economicamente muito marginal."

O brigadeiro afirmou, ainda, que a dívida com as empreiteiras brasileiras é "amigável" e que os contratos com as empresas ucranianas estão sendo cumpridos.

Ele atribui a escalada nos custos e a demora ao fato de a ACS ser um projeto de desenvolvimento. "Não é um pacote fechado."

As contas da empresa até hoje são mantidas fora do escrutínio público. Por se tratar de uma binacional, o TCU (Tribunal de Contas da União) não pode auditá-la. "Não estou preocupado com o TCU. Tem de passar por mim primeiro", disse Santos.

É fundamental que a CCTCI possa obter mais informações e esclarecimentos sobre essa situação numa perspectiva de contribuir para o sucesso do projeto. Nesse sentido, Requeremos a realização de audiência pública para tratar do assunto.

Tais informações são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2012

Deputado Antonio Imbassahy